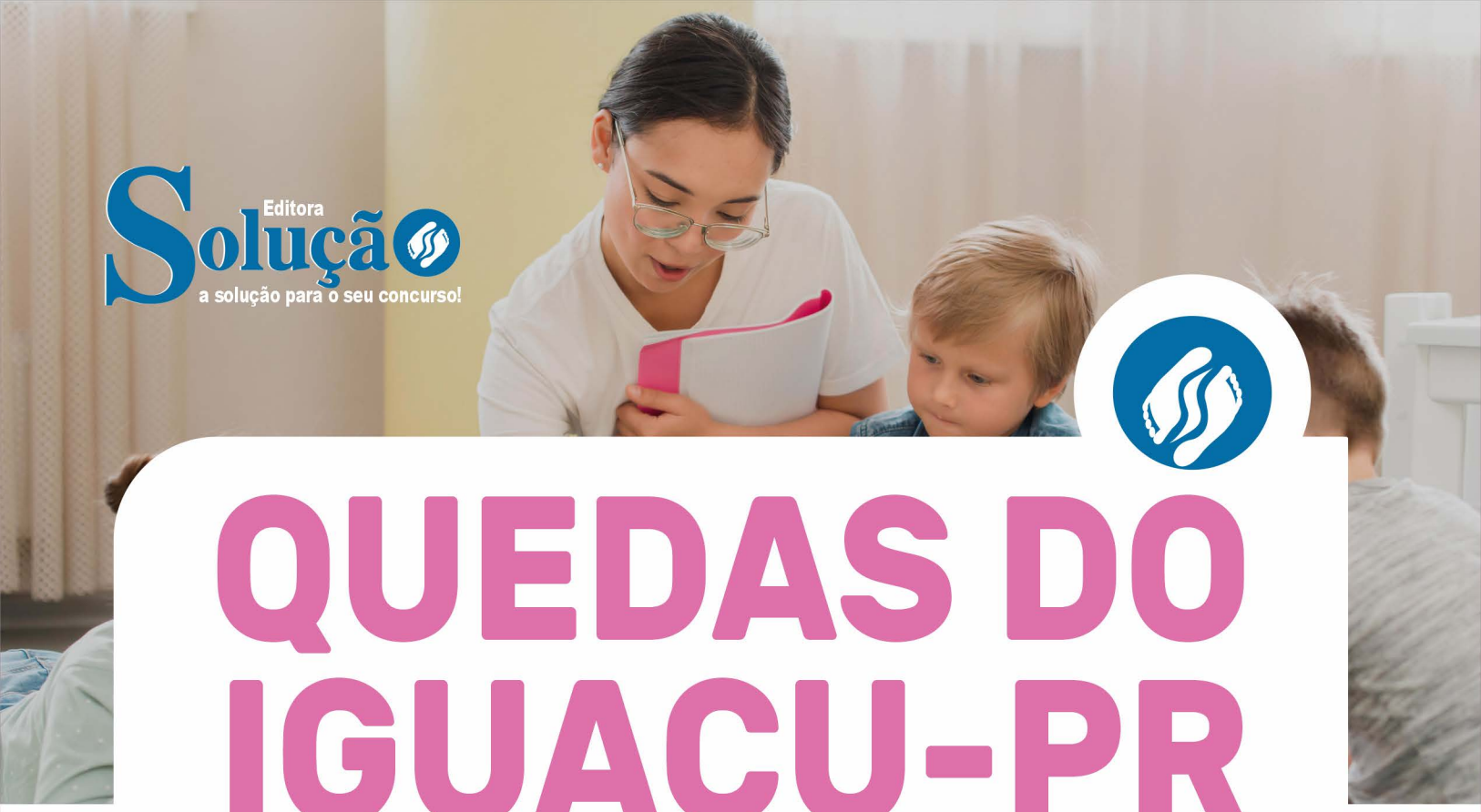


Editora Solução
a solução para o seu concurso!

QUEDAS DO IGUAÇU-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU - PARANÁ

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

- Língua Portuguesa
- Matemática e Raciocínio Lógico
- Conhecimentos Gerais e Atualidades
- Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 030/2026 (CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026)

BÔNUS
ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41 ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

Editora Solução®

A solução para o seu concurso!

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Adquira agora o material completo.

www.editorasolucao.com.br

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

QUEDAS DO IGUAÇU - PR

Professor de Educação Infantil

SL-175OT-26
7901183011940

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados: estabelecimento de relações intratextuais e intertextuais; dedução de ideias e pontos de vista implícitos nos textos; captação da linha argumentativa do autor; inferência de efeitos de sentido na textualidade; análise de texto do ponto de vista da unidade temática e estrutural 7
2. Identificação do significado de palavras, expressões ou estruturas frasais em determinados contextos; Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos 12
3. Reconhecimento da natureza dominante de um texto quanto ao gênero (conto, artigo, carta etc.) e sua função social, ao tipo (dissertativo, descritivo, narrativo etc.) 15
4. Ao registro (formal, informal) 19
5. À variedade (padrão, não padrão) 22
6. À modalidade (oral, escrita) 23
7. Domínio dos mecanismos de coesão textual e aspectos relativos à coerência textual 23
8. Compreensão da estrutura sintática e implicações semânticas no âmbito do parágrafo: reescrita de frases e parágrafos do texto 26
9. Substituição de palavras ou de trechos de texto 28
10. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; Sintaxe: estrutura morfossintática do período; termos da oração; relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração 28
11. Emprego de tempos e modos dos verbos em português; mecanismos de flexão dos nomes e verbos 32
12. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais 34
13. Processos de formação de palavras 44
14. Concordância nominal e verbal 49
15. Transitividade e regência de nomes e verbos 53
16. Pontuação 55
17. Domínio da acentuação gráfica 57
18. Domínio da ortografia oficial 59

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Operações com números inteiros, fracionários e decimais. Conjuntos e conjuntos numéricos. Potenciação. Radiciação. Múltiplos e divisores (MMC e MDC). Números primos. Frações, decimais, dízimas e operações; Problemas do cotidiano com números (Naturais; Inteiros; Racionais; Irracionais; Reais e números complexos) 71
2. Polinômios e operações com polinômios 87
3. Notação científica 89
4. Regra de três simples e composta 90
5. Equação de 1º. e 2º grau 93
6. Sistema de equações 96
7. Porcentagem 97
8. Organização de dados estatísticos, quadros e tabelas 98
9. Progressão aritmética e geométrica 105
10. Probabilidade 107
11. Perímetro, área e volume das principais figuras geométricas 108
12. Problemas de lógica matemática 114

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Conhecimentos Gerais e Atualidades

1. Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, ecologia e suas inter-relações e suas vinculações históricas em termos nacionais. Temas que abordam debates sobre Políticas Públicas voltadas para a habitação, cidadania, saúde, ética, e educação ambiental na abrangência municipal, estadual e federal 123
2. Tópicos da História e da Geografia do município, do estado e do Brasil..... 123
3. Conhecimentos sobre a História, a Geografia, a cidade, o meio de vida, o trabalho e a economia do município 151
4. Significado das palavras, coletivos e termos usados regionalmente 156

Conhecimentos Específicos
Professor de Educação Infantil

1. A organização do trabalho pedagógico, do tempo e do espaço na educação infantil - rotina e encaminhamentos pedagógicos 165
2. Avaliação da aprendizagem na educação infantil 173
3. Projeto político pedagógico 176
4. Currículo para a educação infantil. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para educação infantil 178
5. História e concepções de infância e de educação infantil no Brasil..... 196
6. Teorias do desenvolvimento e aprendizagem infantil..... 205
7. Interações e processos de aprendizagem de crianças 211
8. O brincar na educação infantil 215
9. Educação Especial: aspectos legais, políticos e pedagógicos da educação inclusiva 219
10. Noções de higiene, primeiros socorros e cuidados infantis referentes à saúde, alimentação, nutrição, repouso, higiene, prevenção de acidentes e primeiros socorros no ambiente escolar..... 225
11. Planejamento e plano de aula na educação infantil 229
12. Noções de leitura e escrita na educação infantil 233
13. Desenho infantil..... 236
14. Educação Integral..... 237
15. Metodologias de ensino para educação infantil 241
16. Constituição Federal (1998) Capítulo III Da Educação, da Cultura e do Desporto Educação 245
17. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº 9.394/96) 249
18. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)..... 268
19. Proposta Curricular da Rede Municipal para educação infantil (quando o munícipio possui currículo próprio) OU Proposta Curricular da Rede Estadual para a educação infantil (quando o munícipio segue as normativas do sistema estadual) 309

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS: ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES INTRATEXTUAIS E INTERTEXTUAIS; DEDUÇÃO DE IDEIAS E PONTOS DE VISTA IMPLÍCITOS NOS TEXTOS; CAPTAÇÃO DA LINHA ARGUMENTATIVA DO AUTOR; INFERÊNCIA DE EFEITOS DE SENTIDO NA TEXTUALIDADE; ANÁLISE DE TEXTO DO PONTO DE VISTA DA UNIDADE TEMÁTICA E ESTRUTURAL

Fundamentos da compreensão e da interpretação textual

A compreensão e a interpretação de textos constituem processos fundamentais para a construção de sentidos durante a leitura. Embora estejam diretamente relacionadas, essas atividades apresentam características distintas. A compreensão está associada à identificação e à organização das informações expressas no texto, enquanto a interpretação envolve a construção de significados a partir dessas informações, considerando elementos linguísticos, contextuais, discursivos e conhecimentos mobilizados pelo leitor.

Compreender um texto significa reconhecer seu conteúdo, identificar o assunto abordado, estabelecer relações entre as informações e perceber como suas partes estão organizadas. Interpretar, por sua vez, exige avançar para a análise de sentidos que nem sempre aparecem de maneira explícita, identificando pressupostos, implicações, posicionamentos e efeitos produzidos pelas escolhas linguísticas. Entretanto, essa distinção não deve ser entendida como uma separação absoluta, pois compreensão e interpretação atuam de maneira integrada durante a leitura.

O texto não constitui apenas um conjunto de frases organizadas segundo regras gramaticais. Trata-se de uma unidade de sentido produzida em determinada situação comunicativa, com finalidades específicas e dirigida a um público real ou presumido. Seu significado depende da articulação entre elementos linguísticos, organização discursiva e contexto de produção.

Considere o seguinte enunciado:

"A biblioteca permaneceu aberta durante todo o período de férias, mas poucos estudantes utilizaram o espaço."

A compreensão literal permite identificar duas informações: a biblioteca permaneceu aberta durante as férias e houve baixa utilização do espaço pelos estudantes. A interpretação exige observar que a conjunção mas estabelece uma relação de oposição entre essas informações. A construção sugere que a abertura da biblioteca poderia favorecer maior frequência, expectativa que não se confirmou. Essa expectativa, entretanto, é inferida a partir da organização do enunciado, e não declarada diretamente.

A leitura adequada exige distinguir aquilo que o texto afirma, aquilo que pressupõe, aquilo que sugere e aquilo que o leitor apenas imagina. Essa distinção é essencial porque nem toda conclusão aparentemente plausível está autorizada pelas informações apresentadas. Uma interpretação precisa possuir fundamento textual, ainda que envolva conhecimentos externos.

A identificação do tema representa uma das primeiras etapas da compreensão. O tema corresponde ao assunto central desenvolvido pelo texto. Não deve ser confundido com o título, pois este pode apresentar o assunto de maneira direta, simbólica, irônica ou incompleta. Também não deve ser confundido com a tese, que corresponde ao posicionamento defendido em textos argumentativos.

Um texto sobre os impactos da tecnologia na educação pode apresentar como tema a utilização de recursos digitais no processo educativo. Sua tese, entretanto, pode ser a afirmação de que a tecnologia somente contribui para a aprendizagem quando integrada a objetivos pedagógicos claros. Assim, o tema indica sobre o que se fala, enquanto a tese revela o que se defende sobre esse assunto.

Outro elemento importante é a identificação da finalidade comunicativa. Um texto pode buscar informar, explicar, argumentar, orientar, narrar acontecimentos, descrever características ou produzir efeitos estéticos. A finalidade influencia a seleção vocabular, a organização das informações e os recursos utilizados.

Os gêneros textuais correspondem a formas relativamente estáveis de comunicação utilizadas em diferentes situações sociais. Notícias, reportagens, artigos de opinião, crônicas, editoriais, entrevistas, propagandas, cartas, resenhas, contos, poemas e textos científicos apresentam características próprias, embora possam compartilhar recursos linguísticos e estruturas.

É importante distinguir gênero textual de tipo textual. Os gêneros estão relacionados às práticas sociais de comunicação, enquanto os tipos textuais correspondem a modos de organização linguística, como narração, descrição, exposição, argumentação e injunção. Uma reportagem, por exemplo, pode apresentar sequências narrativas, descritivas e expositivas no mesmo texto.

A interpretação também depende do reconhecimento do contexto de produção, que envolve autoria, público, época, suporte, finalidade e circunstâncias de circulação. Uma afirmação publicada em um artigo científico pode apresentar características diferentes da mesma informação utilizada em uma campanha publicitária, pois as finalidades comunicativas não são idênticas.

O leitor precisa observar ainda o sentido denotativo e o sentido conotativo das palavras. A denotação corresponde ao emprego mais direto e convencional de uma expressão, enquanto a conotação envolve sentidos figurados ou associações construídas pelo contexto. Na frase "A notícia caiu como uma bomba", a palavra bomba não indica necessariamente um artefato explosivo, mas expressa o impacto provocado pela informação.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

A leitura de textos multimodais amplia essas exigências. Charges, tirinhas, infográficos, anúncios e publicações digitais podem combinar linguagem verbal, imagens, cores, símbolos e organização visual. Nesses casos, a construção de sentidos depende da relação entre diferentes elementos expressivos.

Relações intratextuais e intertextuais na construção dos sentidos

As relações intratextuais correspondem às conexões estabelecidas entre palavras, expressões, frases, períodos e parágrafos dentro de um mesmo texto. Essas relações contribuem para a continuidade das informações e para a construção de uma unidade de sentido. Já as relações intertextuais envolvem vínculos entre textos diferentes, que podem ocorrer por meio de citações, referências, alusões, paráfrases, paródias e outras formas de retomada discursiva.

A compreensão das relações intratextuais depende especialmente da identificação dos mecanismos de coesão textual. A coesão corresponde aos recursos linguísticos que estabelecem conexões entre os elementos do texto, favorecendo a continuidade temática e a organização das informações. Entre esses recursos estão pronomes, conjunções, advérbios, substituições lexicais, elipses e repetições intencionais.

Considere o exemplo:

"Mariana apresentou um projeto de leitura à equipe pedagógica. A proposta foi aprovada porque demonstrava possibilidades de ampliar o acesso dos estudantes aos livros."

A expressão a proposta retoma a informação anteriormente apresentada como um projeto de leitura. Essa retomada evita a repetição integral da expressão e mantém a continuidade temática. Trata-se de um mecanismo de coesão referencial.

A coesão referencial ocorre quando determinados elementos linguísticos recuperam ou antecipam informações. A retomada de um termo anteriormente mencionado é denominada anáfora. A antecipação de uma informação que será apresentada posteriormente recebe o nome de catáfora.

Na frase *"Pedro encontrou um documento e o entregou à secretaria"*, o pronome o retoma um documento, estabelecendo uma relação anafórica. Já em "Só desejo isto: que todos participem da decisão", o pronome isto antecipa o conteúdo apresentado depois dos dois-pontos, caracterizando uma relação catafórica.

A identificação correta dos referentes é indispensável à interpretação. Em textos mais extensos, um pronome pode retomar uma ideia completa, e não apenas um substantivo isolado. Por isso, a análise precisa considerar o contexto e as relações de sentido.

A coesão sequencial envolve recursos que organizam a progressão das ideias. Conectivos como portanto, entretanto, além disso, porque, embora e consequentemente estabelecem relações lógico-semânticas entre segmentos textuais.

Na construção "O projeto apresentou resultados positivos; entretanto, sua continuidade depende de novos recursos", o conectivo entretanto introduz uma ressalva em relação à informação anterior. Se fosse substituído por portanto, haveria alteração significativa da relação de sentido, pois esse segundo conectivo indica conclusão.

A coerência textual, por sua vez, corresponde à organização lógica e significativa das informações. Um texto coerente apresenta relações interpretáveis entre suas partes, considerando o tema, a situação comunicativa e os conhecimentos necessários à compreensão. Coesão e coerência estão relacionadas, mas não são sinônimos. Um texto pode apresentar conectivos adequados e, ainda assim, desenvolver ideias contraditórias ou incompatíveis.

A progressão temática também participa da organização intratextual. O texto precisa apresentar informações que se relacionem ao assunto central e contribuam para seu desenvolvimento. A repetição excessiva das mesmas ideias pode comprometer a progressão, enquanto a introdução de informações desconectadas pode prejudicar a unidade temática.

As relações intertextuais ampliam o processo interpretativo porque demonstram que os textos dialogam com outros discursos. Uma reportagem pode mencionar uma pesquisa científica; um artigo de opinião pode citar uma obra literária; uma charge pode recuperar um acontecimento divulgado anteriormente. Nessas situações, a compreensão pode depender do reconhecimento da referência utilizada.

A intertextualidade explícita ocorre quando a relação com outro texto é apresentada de maneira identificável, como em uma citação acompanhada da indicação de autoria. A intertextualidade implícita ocorre quando a referência não é diretamente anunciada, exigindo que o leitor reconheça o texto ou o discurso retomado.

A paráfrase consiste na reformulação de um conteúdo, preservando seus sentidos fundamentais. A paródia, por sua vez, realiza uma transformação que pode produzir efeitos humorísticos, críticos ou irônicos. Ambas estabelecem relações com textos anteriores, mas apresentam finalidades distintas.

A alusão corresponde a uma referência indireta a acontecimentos, obras, personagens ou discursos conhecidos. Sua interpretação depende do repertório cultural do leitor. Entretanto, o desconhecimento da referência não impede necessariamente a compreensão de todas as informações do texto, embora possa limitar o reconhecimento de determinados efeitos de sentido.

Também é importante compreender a interdiscursividade, relacionada à presença e à articulação de discursos sociais diferentes. Um texto sobre alimentação, por exemplo, pode combinar discursos científicos, publicitários, econômicos e culturais, apresentando perspectivas distintas sobre o mesmo assunto.

Dedução de ideias e identificação de pontos de vista implícitos

A interpretação textual exige reconhecer que nem todas as informações relevantes são apresentadas de maneira direta. Muitas vezes, o autor organiza o discurso de forma que determinadas conclusões possam ser construídas pelo leitor a partir de pistas linguísticas e contextuais. Esse processo é denominado inferência.

A inferência corresponde à elaboração de uma conclusão fundamentada em informações disponíveis no texto e em conhecimentos necessários à sua compreensão. Diferencia-se da simples suposição porque precisa manter relação consistente

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

OPERAÇÕES COM NÚMEROS INTEIROS, FRACIONÁRIOS E DECIMAIS. CONJUNTOS E CONJUNTOS NUMÉRICOS. POTENCIAÇÃO. RADICIAÇÃO. MÚLTIPLOS E DIVISORES (MMC E MDC). NÚMEROS PRIMOS. FRAÇÕES, DECIMAIS, DÍZIMAS E OPERAÇÕES; PROBLEMAS DO COTIDIANO COM NÚMEROS (NATURAIS; INTEIROS; RACIONAIS; IRRACIONAIS; REAIS E NÚMEROS COMPLEXOS)

A história dos conjuntos numéricos reflete a evolução do pensamento matemático e a necessidade de representar diferentes tipos de quantidades. Desde os tempos antigos, os seres humanos sentiram a necessidade de contar e medir, o que levou ao surgimento dos números naturais (ℕ). Esses números, utilizados para a contagem e a representação de quantidades inteiras e positivas, foram essenciais nas primeiras civilizações, como a suméria e a egípcia.

Com o desenvolvimento do comércio e a necessidade de lidar com perdas e débitos, surgiu a noção de números negativos, levando à criação do conjunto dos números inteiros (ℤ). Este avanço permitiu representar tanto ganhos quanto perdas, enriquecendo a aritmética da época.

A descoberta das frações, que são representadas pelos números racionais (ℚ), marcou outro passo importante. Esses números foram usados para expressar divisões e proporções, sendo fundamentais em atividades como agricultura, construção e comércio.

No entanto, nem todas as quantidades podiam ser representadas por frações, levando à descoberta dos números irracionais, como a raiz quadrada de 2. Isso expandiu o conjunto dos números racionais para formar os números reais (ℝ), que incluem tanto os racionais quanto os irracionais e são essenciais para descrever uma linha contínua de valores.

Finalmente, no século XVI, os matemáticos introduziram os números complexos (ℂ) para resolver equações que não tinham soluções no Conjunto dos Números Reais. Embora inicialmente abstratos, os números complexos encontraram aplicações práticas significativas, especialmente na engenharia e na física.

Essa evolução histórica dos conjuntos numéricos ilustra como a matemática tem se adaptado para resolver problemas cada vez mais complexos, refletindo o progresso do conhecimento humano ao longo dos séculos.

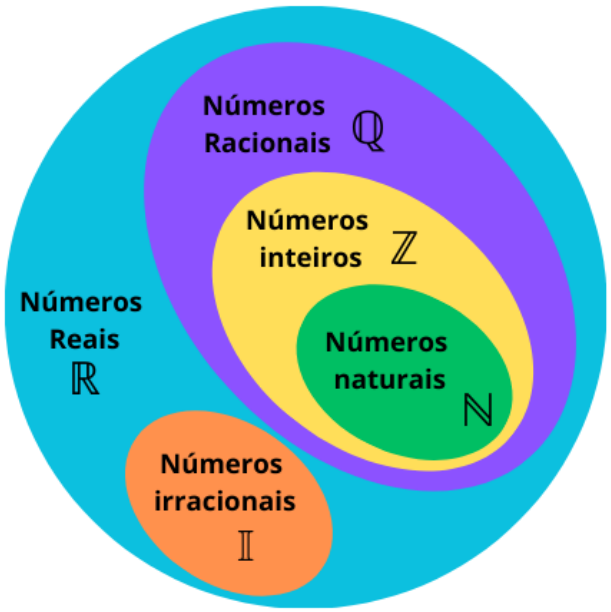
A seguir, veremos as definições e as propriedades essenciais dos conjuntos de números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos:

Conjuntos Numéricos

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: N = {0, 1, 2, 3, 4, ...}.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como N = {0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, ...}

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

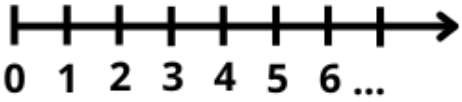
Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

N* = {1, 2, 3, 4...} ou N* = N – {0}: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

Np = {0, 2, 4, 6...}, em que n ∈ N: conjunto dos números naturais pares.

Ni = {1, 3, 5, 7..}, em que n ∈ N: conjunto dos números naturais ímpares.

P = {2, 3, 5, 7..}: conjunto dos números naturais primos.



- **Operações com Números Naturais**

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: *6 + 4 = 10, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.*

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando a-b tal que a ≥ b.

Exemplo: *200 – 193 = 7, onde 200 é o minuendo, 193 é o subtraendo e 7 é a diferença.*

- **Obs.:** o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

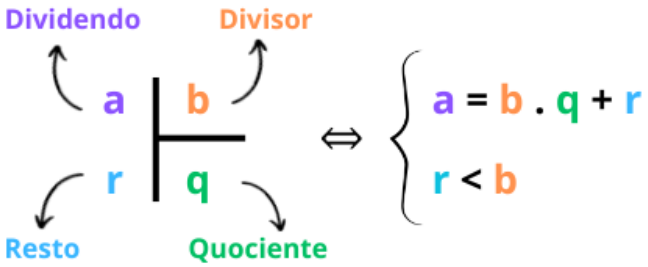
Exemplo: *3 x 5 = 15, onde 3 e 5 são os fatores e 15 é o produto.*

- 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: 3 x 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ". ", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

- **Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. 45 :** 9 = 5
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. 45 = 5 x 9
- **A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q, então poderíamos escrever:** n ÷ 0 = q e isto significaria que: n = 0 x q = 0 o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a, b e c em N

- **1) Associativa da adição:** (a + b) + c = a + (b + c)
- **2) Comutativa da adição:** a + b = b + a
- **3) Elemento neutro da adição:** a + 0 = a
- **4) Associativa da multiplicação:** (a.b).c = a. (b.c)
- **5) Comutativa da multiplicação:** a.b = b.a
- **6) Elemento neutro da multiplicação:** a.1 = a
- **7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** a.(b + c) = ab + ac
- **8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** a .(b – c) = ab – ac
- **9) Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1) Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema.

Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

(A) 3 642.
(B) 3 828.
(C) 4 093.
(D) 4 167.
(E) 4 256.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

TÓPICOS RELEVANTES E ATUAIS DE DIVERSAS ÁREAS, TAIS COMO: SEGURANÇA, TRANSPORTES, POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA, ENERGIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ECOLOGIA E SUAS INTER-RELAÇÕES E SUAS VINCULAÇÕES HISTÓRICAS EM TERMOS NACIONAIS. TEMAS QUE ABORDAM DEBATES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A HABITAÇÃO, CIDADANIA, SAÚDE, ÉTICA, E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ABRANGÊNCIA MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na "Área do Cliente".

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certeiro.

TÓPICOS DA HISTÓRIA E DA GEOGRAFIA DO MUNICÍPIO, DO ESTADO E DO BRASIL

Aspectos históricos, geográficos, econômicos e políticos do Brasil

Brasil indígena, colonização portuguesa e formação da sociedade colonial

- **Povos originários e chegada dos portugueses**

Diversidade indígena

Antes da chegada dos europeus, o território que viria a formar o Brasil era ocupado por numerosos povos indígenas, com diferentes línguas, formas de organização social, crenças e modos de utilização do espaço. Não existia uma única cultura indígena. Povos de troncos linguísticos distintos, como Tupi e Macro-Jê, organizavam-se de maneiras variadas e mantinham relações de cooperação, comércio e conflito.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

A chegada dos portugueses, em 1500, inseriu essas populações na expansão marítima europeia. Os primeiros contatos envolveram trocas, alianças e conflitos. Doenças trazidas pelos europeus, guerras, escravização e ocupação territorial provocaram forte redução demográfica e profundas transformações sociais.

▸ Primeiras formas de exploração e colonização

Pau-brasil e escambo

Nas primeiras décadas do século XVI, a presença portuguesa concentrou-se principalmente na exploração do pau-brasil. A madeira era obtida frequentemente por meio do escambo, no qual indígenas realizavam atividades de corte e transporte em troca de mercadorias europeias.

A intensificação da presença de outros europeus no litoral e a necessidade portuguesa de ocupar efetivamente o território contribuíram para uma colonização mais organizada a partir da década de 1530.

Capitanias e Governo-Geral

Em 1534, a Coroa implantou o sistema de capitanias hereditárias, dividindo o território em grandes faixas entregues a donatários. Dificuldades financeiras, ataques indígenas, problemas administrativos e distâncias contribuíram para o fracasso de muitas capitanias.

Em 1549, foi criado o Governo-Geral, com sede em Salvador, buscando ampliar a centralização administrativa. As câmaras municipais também tiveram papel importante na administração local, frequentemente controladas por grandes proprietários.

▸ Economia açucareira e escravidão

Plantation e engenhos

A produção de açúcar tornou-se a principal atividade econômica de determinadas áreas da colônia, especialmente no Nordeste. O sistema era caracterizado por grande propriedade, produção destinada ao mercado externo e utilização intensiva de mão de obra escravizada.

O engenho constituía uma unidade econômica complexa, envolvendo plantações, instalações de processamento, moradias e estruturas de apoio.

Escravização africana e resistência

A colonização utilizou trabalho indígena escravizado em diversas regiões, embora limitações legais, resistência indígena e interesses econômicos tenham favorecido a crescente utilização de africanos escravizados.

O tráfico atlântico tornou-se elemento central da economia colonial. Milhões de africanos foram trazidos compulsoriamente para o Brasil, sendo empregados na agricultura, mineração, atividades urbanas e serviços domésticos.

A resistência assumiu diversas formas:

- Fugas individuais e coletivas.
- Formação de quilombos.
- Preservação de práticas culturais e religiosas.
- Revoltas e enfrentamentos contra senhores e autoridades.

O Quilombo dos Palmares tornou-se um dos exemplos mais conhecidos dessa resistência.

▸ Interiorização e mineração

Bandeiras, pecuária e expansão territorial

Entradas e bandeiras contribuíram para a interiorização da ocupação portuguesa. Bandeirantes procuravam indígenas para escravização, metais preciosos e novas áreas de exploração.

A pecuária também favoreceu a ocupação do interior, pois frequentemente se desenvolvia em regiões afastadas das áreas açucareiras.

Ouro e diamantes

A descoberta de ouro no final do século XVII transformou a economia colonial. Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso receberam grande fluxo populacional. A mineração estimulou a urbanização, ampliou o mercado interno e deslocou o eixo econômico para o centro-sul.

A Coroa criou mecanismos de fiscalização e cobrança, como o quinto, correspondente a parcela do ouro destinada ao governo português.

▸ Revoltas e crise colonial

Contestações ao domínio português

Durante o período colonial ocorreram conflitos motivados por disputas econômicas, administrativas e políticas. Entre eles destacam-se Guerra dos Emboabas, Guerra dos Mascates e Revolta de Vila Rica.

No final do século XVIII, movimentos influenciados por ideias iluministas passaram a questionar mais diretamente o domínio colonial. A Inconfidência Mineira reuniu setores da elite de Minas Gerais, enquanto a Conjuração Baiana apresentou participação popular mais ampla e propostas sociais mais profundas.

Em 1808, a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro alterou profundamente a condição colonial. A abertura dos portos, a criação de instituições administrativas e a elevação do Brasil a Reino Unido prepararam o cenário político para a Independência.

Independência, Império e crise da monarquia

▸ Processo de Independência

Ruptura política com Portugal

A Revolução Liberal do Porto, iniciada em 1820, exigiu o retorno de D. João VI e buscou restaurar maior controle português sobre o Brasil. D. João retornou a Portugal em 1821, deixando D. Pedro como príncipe regente.

Pressionado pelas Cortes portuguesas a retornar, D. Pedro permaneceu no Brasil no episódio conhecido como Dia do Fico. Em 7 de setembro de 1822, ocorreu a ruptura política, seguida da consolidação militar da Independência em diferentes províncias.

A Independência preservou importantes estruturas sociais, como a grande propriedade e a escravidão.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO, DO TEMPO E DO ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL - ROTINA E ENCAMINHAMENTOS PEDAGÓGICOS

Ritmos cotidianos e experiências de infância

- **Sequências de chegada, exploração e despedida**

O trabalho com Previsibilidade sem rigidez; transições e segurança emocional constitui um eixo de decisões pedagógicas que se manifesta nas ações ordinárias da instituição. A qualidade dessa organização depende de observar o que efetivamente acontece com as crianças, e não apenas o que foi antecipado em registros administrativos. Um mesmo arranjo pode produzir participação em determinado contexto e criar obstáculos em outro. Por isso, a análise envolve as condições concretas de realização, a forma pela qual os profissionais respondem às manifestações infantis e a possibilidade de ajustar a proposta quando aparecem necessidades distintas.

Situação observável e leitura das necessidades

Considere a situação em que uma criança chega após o início da roda e precisa se integrar sem interrupção. A ocorrência permite examinar como o contexto favorece ou dificulta a ação das crianças. Antes de alterar a dinâmica, é pertinente identificar os recursos disponíveis, escutar os participantes e reconhecer o que já conseguem fazer com autonomia. A resposta adulta não deve reduzir a experiência a uma ordem a ser cumprida; seu papel inclui criar condições para que haja exploração, comunicação e segurança. O que parece um detalhe operacional pode alterar profundamente a possibilidade de envolvimento de cada criança.

Uma atuação coerente consiste em oferecer acolhida individual e disponibilizar atividade acessível. Essa providência precisa ser comunicada de maneira compreensível e incorporada ao funcionamento real, com identificação de quem acompanha o processo. Sempre que possível, a criança participa das escolhas que lhe dizem respeito, enquanto o adulto preserva a responsabilidade pelas condições de cuidado. A equipe pode comparar o que esperava acontecer com o que de fato ocorreu, recolhendo indícios para aperfeiçoar a ação. A intervenção torna-se educativa quando amplia possibilidades e não quando apenas acelera a execução.

É indispensável reconhecer um limite: horários fixos não devem desconsiderar cansaço, alimentação e necessidades pessoais. Esse cuidado evita transformar uma medida aparentemente eficiente em fonte de exclusão, constrangimento ou insegurança. As decisões devem considerar o conjunto da situação, inclusive as condições físicas, emocionais e comunicacionais. Se houver dúvida relevante sobre segurança ou sobre a competência necessária para realizar determinada ação, a providência adequada envolve a equipe responsável e, quando cabível, profissionais habilitados. A continuidade do acompanhamento permite corrigir condutas sem atribuir à criança a responsabilidade por falhas de organização.

- **Duração das vivências e atenção infantil**

No cotidiano institucional, o trabalho com alternância entre exploração livre, propostas compartilhadas e repouso precisa ser tratado de forma articulada, e não como providências independentes. As escolhas feitas pelos adultos influenciam as oportunidades de iniciativa, os modos de convivência e a confiança construída nas interações. A observação dessas relações permite compreender como pequenos ajustes podem transformar a experiência infantil. A intenção educativa se revela no cuidado com os detalhes: o modo de apresentar uma proposta, a disponibilidade de materiais, a atitude diante de uma recusa e a abertura para mudanças razoáveis.

Relações práticas e critérios de decisão

Quando um grupo prolonga a construção de uma cidade com blocos, a equipe encontra uma oportunidade de observar relações entre intenção, recursos e participação. A decisão adequada não decorre automaticamente do nome atribuído à atividade. Ela depende de como as crianças recebem o convite, das alternativas efetivamente disponíveis e de eventuais riscos identificados. A observação precisa incluir aqueles que se envolvem menos ou se expressam de outra forma, pois o silêncio e a distância não têm interpretação única. Essa atenção impede ajustes superficiais baseados apenas na maioria do grupo.

Uma atuação coerente consiste em registrar o interesse e reorganizar o tempo da atividade. Essa providência precisa ser comunicada de maneira compreensível e incorporada ao funcionamento real, com identificação de quem acompanha o processo. Sempre que possível, a criança participa das escolhas que lhe dizem respeito, enquanto o adulto preserva a responsabilidade pelas condições de cuidado. A equipe pode comparar o que esperava acontecer com o que de fato ocorreu, recolhendo indícios para aperfeiçoar a ação. A intervenção torna-se educativa quando amplia possibilidades e não quando apenas acelera a execução.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Entre os cuidados essenciais, destaca-se que interromper toda descoberta pelo relógio pode empobrecer a experiência. O compromisso institucional exige mais que boa intenção: é preciso reconhecer consequências não previstas, ouvir questionamentos e rever o que dificulta a experiência. A comparação entre diferentes formas de intervenção ajuda a escolher alternativas menos restritivas. Quando uma solução atende apenas a parte do grupo, cabem novas adaptações que preservem o objetivo principal. Também é necessário evitar interpretações definitivas baseadas em um episódio, pois comportamentos infantis mudam conforme o contexto.

Arranjo físico como possibilidade educativa

- **Ambientes de circulação e autonomia**

No cotidiano institucional, o trabalho com móveis proporcionais, alcance de objetos e rotas desobstruídas precisa ser tratado de forma articulada, e não como providências independentes. As escolhas feitas pelos adultos influenciam as oportunidades de iniciativa, os modos de convivência e a confiança construída nas interações. A observação dessas relações permite compreender como pequenos ajustes podem transformar a experiência infantil. A intenção educativa se revela no cuidado com os detalhes: o modo de apresentar uma proposta, a disponibilidade de materiais, a atitude diante de uma recusa e a abertura para mudanças razoáveis.

Relações práticas e critérios de decisão

Uma situação esclarecedora ocorre quando crianças escolhem livros numa estante baixa ao entrar na sala. Nesse caso, o olhar profissional deve voltar-se ao percurso da atividade, e não somente ao resultado final. É importante reconhecer diferentes ritmos, perceber quem consegue participar espontaneamente e verificar se alguma barreira depende da organização do ambiente. A análise do episódio orienta uma intervenção proporcional, capaz de apoiar os envolvidos sem eliminar suas iniciativas. O mesmo cenário pode assumir significados distintos conforme a história e as condições de cada grupo.

Na organização da resposta, convém delimitar percursos amplos e localizar materiais em alturas adequadas. A execução requer coerência entre o combinado e as ações efetivas: recursos precisam estar acessíveis, o tempo deve comportar a experiência e o profissional responsável precisa acompanhar seus efeitos. A orientação oferecida à criança ganha clareza quando se apoia em demonstrações, conversas contextualizadas ou oportunidades reais de tentar novamente. Ajustes sucessivos são legítimos, desde que resultem de observação e preservem o sentido da proposta, em vez de reproduzir um padrão inflexível.

Entre os cuidados essenciais, destaca-se que um espaço aparentemente organizado pode continuar inacessível. O compromisso institucional exige mais que boa intenção: é preciso reconhecer consequências não previstas, ouvir questionamentos e rever o que dificulta a experiência. A comparação entre diferentes formas de intervenção ajuda a escolher alternativas menos restritivas. Quando uma solução atende apenas a parte do grupo, cabem novas adaptações que preservem o objetivo principal. Também é necessário evitar interpretações definitivas baseadas em um episódio, pois comportamentos infantis mudam conforme o contexto.

As diferenças entre ambientes de circulação e autonomia e áreas de investigação e expressão podem ser examinadas por critérios observáveis. A comparação não estabelece uma hierarquia fixa: cada forma de atuação responde a condições próprias e exige julgamento contextualizado.

Foco de observação	Ambientes de circulação e autonomia	Áreas de investigação e expressão
Núcleo da atenção	móveis proporcionais, alcance de objetos e rotas desobstruídas	cantos de leitura, artes, faz de conta, natureza e movimento
Situação ilustrativa	Crianças escolhem livros numa estante baixa ao entrar na sala	Um ateliê de argila permite experimentar texturas com diferentes instrumentos
Cuidado na execução	Um espaço aparentemente organizado pode continuar inacessível	Cantos não devem funcionar como estações obrigatórias idênticas

A comparação explicita por que uma decisão não deve ser transportada mecanicamente de uma situação para outra. O que assegura continuidade entre elas é a exigência de participação, a análise das barreiras e a responsabilidade adulta por condições adequadas. O uso da tabela deve orientar observações concretas, não substituir a interpretação do contexto.

- **Áreas de investigação e expressão**

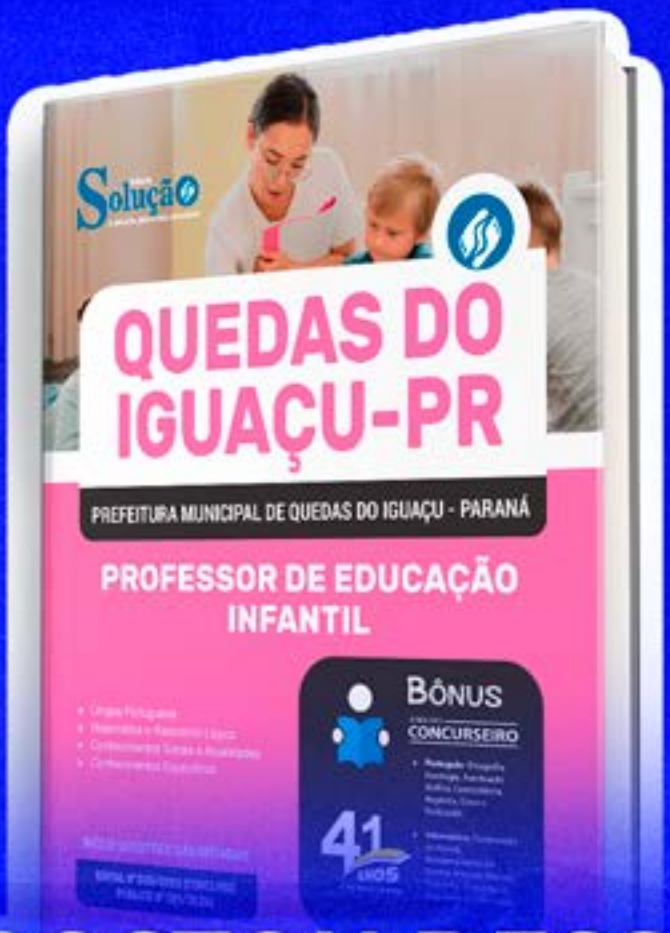
A análise de cantos de leitura, artes, faz de conta, natureza e movimento exige atenção simultânea às condições do ambiente e às respostas das crianças. O planejamento estabelece referências, mas não substitui a leitura da situação real. É necessário distinguir necessidades recorrentes de acontecimentos ocasionais e verificar se as decisões preservam a participação dos envolvidos. O trabalho coletivo ganha consistência quando há critérios compartilhados, comunicação objetiva e possibilidade de rever condutas que não alcançaram o efeito esperado.

Participação infantil e possibilidades de ajuste

Considere a situação em que um ateliê de argila permite experimentar texturas com diferentes instrumentos. A ocorrência permite examinar como o contexto favorece ou dificulta a ação das crianças. Antes de alterar a dinâmica, é pertinente identificar os recursos disponíveis, escutar os participantes e reconhecer o que já conseguem fazer com autonomia. A resposta adulta não deve reduzir a experiência a uma ordem a ser cumprida; seu papel inclui criar condições para que haja exploração, comunicação e segurança. O que parece um detalhe operacional pode alterar profundamente a possibilidade de envolvimento de cada criança.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Editora Solução
a solução para o seu concurso!



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!